



LEI 8.112/90

(Resolução de Questões)

1. (FCC) Conforme a Lei n.º 8.112/1990, o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal para outro órgão ou entidade do mesmo poder denomina-se

- (A) remoção
- (B) transferência
- (C) reintegração
- (D) substituição
- (E) redistribuição

COMENTÁRIOS: _____

2. (FCC) Caroline, servidora pública federal, sofreu penalidade de demissão após a conclusão de processo disciplinar. No entanto, pretende a revisão da decisão proferida, haja vista a existência de fatos novos, supervenientes ao julgamento e que comprovam a inadequação da penalidade aplicada. Para tanto, Caroline pleiteou a revisão do processo disciplinar. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o processo revisional

- (A) será julgado pela mesma autoridade que aplicou a penalidade.
- (B) correrá nos mesmos autos do processo disciplinar originário
- (C) será julgado no prazo máximo de quinze dias contados do recebimento do processo.
- (D) Traz o ônus da prova compartilhado, ou seja, cabe à requerente e à Administração pública angariar elementos para evidenciar a inadequação da penalidade aplicada.
- (E) não terá comissão para a condução do feito, ao contrário do que existe no processo disciplinar em que é constituída comissão composta por três servidores estáveis

COMENTÁRIOS: _____

3. (FCC) Claudia e Joana são servidoras públicas federais, tendo praticado faltas disciplinares no exercício de suas atribuições. Claudia faltou ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses. Joana, de histórico exemplar vez que nunca sofrera qualquer penalidade administrativa, opôs resistência injustificada à execução de determinado serviço. Cumpre salientar que ambas as servidoras ainda não foram processadas administrativamente embora a Administração já tenha conhecimento dos fatos praticados. Nos termos da Lei no 8.112/1990, as ações disciplinares relativas às infrações praticadas pelas servidoras prescreverão em

- (A) 5 anos e 2 anos, respectivamente, contados tais prazos a partir da data em que os fatos se tornaram conhecidos pela Administração.
- (B) 2 anos e 180 dias, respectivamente, contados tais prazos a partir da data em que os fatos se tornaram conhecidos pela Administração.
- (C) 5 anos e 180 dias, respectivamente, contados tais prazos a partir da data em que os fatos se tornaram conhecidos pela Administração.
- (D) 2 anos, contado tal prazo da data em que praticadas as condutas.
- (E) 5 anos, contado tal prazo da data em que praticadas as condutas.

COMENTÁRIOS: _____

4. (CESPE) Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item seguinte, a respeito de provimento de vagas no serviço público e direitos e vantagens do servidor público.

A posse no serviço público ocorrerá no prazo máximo de quinze dias, contados da publicação do ato de provimento.

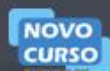
5. (CESPE) Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item seguinte, a respeito de provimento de vagas no serviço público e direitos e vantagens do servidor público.

Ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia constituem indenizações ao servidor.

6. **(CESPE)** Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue com fundamento na Lei n.º 8.112/1990 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União — e na Lei n.º 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo na administração pública federal.
Por ter se ausentado do serviço durante o expediente e sem prévia autorização do chefe imediato, Cíntia está sujeita à penalidade de demissão.
7. **(CESPE)** Mizael, inscreve-se para concurso público de provas e títulos para cargo de escriturário no Banco do Brasil. Ao ser aprovado, o candidato é nomeado para o cargo efetivo onde recebe telegrama alertando que sua posse ocorrerá 30 dias após o ato de provimento originário.
8. **Tício, servidor público federal, lotado no BACEN de Belo Horizonte, recusou-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, nesse caso poderá sofrer suspensão de até 15 dias.**
9. **(CESPE)** O servidor vinculado ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.
10. **(CESPE)** Inassiduidade habitual pode ter pena máxima de suspensão por até 60 dias.



Desconto válido até as 23h59 do dia 07 de agosto de 2017.



CONCURSO MPU

CURSO ONLINE

CÓDIGO PROMOCIONAL

Digite: **MPU100**